

# Resumo de notícias econômicas

21 de Outubro de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 199

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# **PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 21 OUTUBRO DE 2021**

## **Guedes fala em ‘licença para gastar’ R\$ 30 bi fora do teto (21/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

O governo confirmou o valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil, a ser pago a 16,9 milhões de famílias até o fim de 2022, ano em que Jair Bolsonaro buscará a reeleição. Para isso, o ministro Paulo Guedes (Economia) admitiu a necessidade de uma “licença para gastar, com essa camada temporária de proteção”, R\$ 30 bilhões fora da regra do teto, que limita o aumento dos gastos à variação da inflação. Desde o início das negociações envolvendo o Auxílio Brasil, previsto para substituir o Bolsa Família, esta foi a primeira vez que Guedes reconheceu publicamente que precisará driblar a regra para cumprir o que Bolsonaro determinou. “Seria uma antecipação da revisão do teto de gastos, que está (prevista) para 2026”, disse o ministro.

Com a popularidade em baixa, o presidente Jair Bolsonaro confirmou que vai bancar um aumento temporário do Auxílio Brasil para garantir o pagamento de pelo menos R\$ 400 a 16,9 milhões de famílias até o fim de 2022, ano em que ele buscará sua reeleição. Para chegar a esse valor, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu a necessidade de uma “licença para gastar” R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos – a principal regra fiscal do governo, que limita o avanço das despesas à inflação.

Desde o início das negociações envolvendo um benefício temporário para turbinar o Auxílio Brasil (que vai substituir o Bolsa Família), foi a primeira vez que Guedes, defensor ferrenho do teto de gastos, reconheceu que driblará a regra. “Seria uma antecipação da revisão do teto de gastos que está (prevista) para 2026 ou se, ao contrário, mantém (o teto), mas por outro lado pede um ‘waiver’, pede uma licença para gastar essa camada temporária de proteção”, disse ele, em evento do setor de construção civil. Embora o ministro tenha citado também a revisão do teto, o que continua na mesa é a “licença para gastar”, no valor de R\$ 30 bilhões. Em seu discurso,

Guedes argumentou que a medida não seria eleitoreira. “Queremos ser um governo reformista e popular. E não um governo populista.”

No último fim de semana, quando começou a ficar claro que a pretensão eleitoral do presidente não cabia no limite de despesas, surgiram rumores de que Guedes teria ameaçado pedir demissão – o que foi negado por seus auxiliares. De lá para cá, segundo relatos nos bastidores, as trincheiras de resistência levantadas pela equipe econômica se transformaram em um trabalho de “contenção de danos” para tentar travar o gasto fora do teto em até R\$ 30 bilhões. A confirmação de que o pagamento chegará a R\$ 400 – valor defendido pela ala política do governo – foi feita por Bolsonaro durante um evento na cidade de Russas, no Ceará. A região Nordeste reúne parcela significativa dos beneficiários do Bolsa Família e dos brasileiros que ainda estão na fila do programa. É a única onde Bolsonaro perdeu para Fernando Haddad, do PT, nas eleições de 2018.

“Nós decidimos, como está chegando ao fim o auxílio emergencial, dar uma majoração para o antigo programa Bolsa Família, agora chamado Auxílio Brasil, a R\$ 400”, declarou o presidente, em evento do edital para construção do Ramal do Salgado, um canal do projeto de integração do rio São Francisco. Embora Bolsonaro tenha prometido não “furar” o teto de gastos, técnicos afirmam que mexer no limite de despesas seria a única maneira de viabilizar o benefício.

No primeiro acerto, o governo pretendia manter os valores atuais do Bolsa Família e fazer toda a ampliação da política de forma temporária, o que deu palco para críticas de que, com a decisão, o Palácio do Planalto mirava apenas a eleição de 2022.

Para aplacar essas críticas, o governo mudou de estratégia e, agora, vai conceder um reajuste linear de 20% para os atuais benefícios do Bolsa Família já a partir do mês de novembro. Esse anúncio foi feito pelo ministro da Cidadania, João Roma. Essa parcela será permanente, ou seja, as famílias beneficiadas pelo programa manterão o ganho mesmo a partir de 2023, quando já terá terminado o atual mandato de Bolsonaro. Hoje, o tíquete médio do programa está em torno de R\$ 189, mas o ministro não detalhou em quanto ficaria após a correção. Além disso, Roma prometeu zerar a fila de espera para ingressar no programa até o fim deste ano. A previsão é de que o número de famílias beneficiadas passe de 14,6 milhões para 16,9 milhões.

## **Custo extra para bancar benefício em 2022 chega a R\$ 51,1 bilhões (21/10/2021)**

### **Broadcast**

O novo arranjo de benefícios do Auxílio Brasil deve ter um custo extra de R\$ 51,1 bilhões em 2022. Neste ano, o impacto deve ser de R\$ 6,9 bilhões. Nos bastidores, ainda há um cabo de guerra em torno da definição do valor que ficará fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação. A Economia quer limitar essa “licença para gastar” a R\$ 30 bilhões, mas a ala política do governo quer um valor maior para abrir espaços a emendas parlamentares.

Do impacto total no ano que vem, R\$ 12,4 bilhões serão com o reajuste permanente de 20% nos benefícios anunciado ontem pelo ministro da Cidadania, João Roma. Outros R\$ 38,7 bilhões serão gastos com o benefício temporário, que elevará o valor total do Auxílio Brasil a R\$ 400 até dezembro de 2022.

Para 2021, o impacto do reajuste na política permanente deve ser de cerca de R\$ 1 bilhão. Já o gasto extra com o benefício temporário neste ano deve ser de R\$ 5,9 bilhões. A nova construção dos programas, com um reajuste permanente nos benefícios atuais do Bolsa Família, surgiu ontem como solução após críticas ao governo por concentrar todos os ganhos das famílias em ações temporárias. O relator do Auxílio Brasil, deputado Marcelo Aro, chegou a dizer no dia anterior que pediria ao menos algum reajuste no valor permanente. Os 20% são menores que os 50% inicialmente planejados pelo governo, e que acabaram inviabilizados pela demora na aprovação da reforma do Imposto de Renda pelo Senado.

Para um reajuste mais significativo, o Planalto precisava de uma nova fonte de receitas para a despesa permanente, uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essa compensação viria da taxação de lucros e dividendos, mas acabou naufragando na demora do IR. Os 20% seriam possíveis porque a LRF permite um reajuste de programas sociais até o limite da inflação sem necessidade de apresentar uma fonte de compensação. Como a variação de preços desde o último reajuste do Bolsa Família, em 2018, está próxima a 20%, técnicos do governo entendem que é possível recorrer a essa exceção da lei.

## Com mais gastos, IFI vê cenário fiscal ‘incerto’ (21/10/2021)

### O Estado de S. Paulo

Apesar de o governo celebrar a melhora recente das estatísticas fiscais, a dívida bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) deve voltar a subir em breve, devido ao aumento do pagamento de juros, e terminar o ano em 83,3%, ante 82,7% em agosto, projeta a Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). Mas o quadro de endividamento do País pode piorar mais, alerta o diretor do órgão, Felipe Salto, com as medidas discutidas pelo governo para a ampliação do Auxílio Brasil, que pode ter parcelas fora do teto de gastos, e o adiamento do pagamento dos precatórios em 2022.

“É bom dizer que o cenário pessimista é o segundo mais provável. Se as medidas de flexibilização do teto e de mudança do regramento dos precatórios avançarem, a tendência é de a dívida bruta ficar entre o cenário-base e o pessimista. A fotografia fiscal de hoje mostra um futuro incerto”, disse. “O debate do teto está em aberto. Já alertamos desde setembro de 2020 sobre o risco evidente de desmonte do teto.”

No cenário básico, a dívida/pib subiria lentamente nos próximos anos até atingir 87,3% em 2030. No pessimista, o endividamento ultrapassaria 100% já em 2026, chegando a 122,3% do PIB em 2030. Salto comentou que os gastos com juros em 12 meses já aumentaram R\$ 20 bilhões entre janeiro e agosto. “Claramente, já há um ponto de inflexão da trajetória da dívida, com despesa com juros.” Ele citou que a taxa de juros implícita na dívida bruta está crescendo desde março, acompanhando o movimento da Selic (a taxa básica de juros), e chegou a 6,6%. Até o fim do ano, a expectativa é de que essa taxa alcance entre 7% e 7,5%, considerando uma Selic de 8,25% em dezembro.

No cenário básico, a IFI estima crescimento de 4,9% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e de 1,7% em 2022. Mas, no pessimista, o PIB pode variar apenas 0,1% ano que vem, considerando um racionamento de energia, que, sozinho, tiraria 0,6 ponto porcentual do crescimento. “A chance de crescimento muito baixo em 2022 é cada vez mais alta, com riscos fiscais”, disse, citando o abalo possível no teto de gastos pela PEC dos precatórios e pelo desenho do Auxílio Brasil.

## **Bitcoin tem novo recorde com estreia de fundo em Wall Street (21/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

O valor do bitcoin bateu um novo recorde ontem, depois de ultrapassar US\$ 66 mil, um novo aumento que se seguiu à estreia em Wall Street do primeiro fundo de investimento indexado (ETF) na criptomoeda. A moeda virtual atingiu US\$ 66.273 (por volta de R\$ 367 mil) no fechamento do dia e acumula uma alta de 50% em um mês e de mais de 450% desde o ano passado.

O novo recorde veio um dia depois que o Proshares Bitcoin Strategy ETF (BITO), o primeiro fundo de índice bitcoin a chegar ao mercado de ações, abriu capital em Nova York. Treze anos após sua criação, o bitcoin tem animado investidores e causado preocupações em alguns economistas, que temem que esteja havendo uma bolha especulativa que pode acarretar um problema sistêmico.

## **Essentia, do Pátria, mira energia limpa para triplicar de tamanho em 5 anos (21/10/2021)**

### **Broadcast**

A Essentia Energia, empresa de geração e comercialização de fontes renováveis do Pátria Investimentos, pretende triplicar de tamanho nos próximos cinco anos sobretudo com projetos eólicos e solares. Isso significa investir cerca de R\$ 10 bilhões e alcançar pelo menos 3 mil megawatts (MW) de capacidade instalada no Brasil, diz Marcelo Souza, sócio do Pátria e presidente do conselho de administração da Essentia.

Criada em 2019, a empresa acaba de inaugurar seu primeiro projeto solar, com capacidade de 475 MWP (megawatt pico – uma medida para energia solar). O complexo Sol do Sertão está localizado a 485 km da capital baiana Salvador, na cidade de Oliveira dos Brejinhos, e tem potencial para atender cerca de 580 mil residências.

A obra foi iniciada em marco do ano passado e enfrentou vários problemas decorrentes da pandemia, como a importação dos equipamentos. Mas conseguiu cumprir o cronograma estabelecido. No total, foi instalado mais de 1 milhão de painéis

solares bifaciais – que têm células fotovoltaicas com duas faces em vez de apenas uma e absorve mais a insolação – numa área equivalente a mil campos de futebol.

Trata-se do segundo maior parque solar do País (o primeiro é da italiana Enel, no Piauí), diz o presidente da Essentia, Leonardo Serpa. Ele conta que, além do parque solar que custou R\$ 1,4 bilhão, a empresa toca o projeto eólico Ventos de São Vitor, de 465 MW, em Xique-xique, na Bahia. Nesse caso, o total de investimentos é de R\$ 2,4 bilhão. O empreendimento só deve ser concluído no fim de 2022.

Outros projetos devem sair do papel nos próximos anos para que a empresa alcance a meta de triplicar de tamanho. Souza diz que a Essentia já está desenvolvendo novos empreendimentos para lançamento.

“O Pátria tem bastante apetite para investir em energia renovável. O aumento da matriz energética daqui para a frente será reforçado com essas fontes. Por isso, as empresas precisam se posicionar bem no setor”, afirma. A Essentia recebeu recursos do Fundo 4 do Pátria e poderá receber mais dinheiro para novos projetos. Além de eólica e solar, a empresa tem interesse em investir em térmicas a biomassa e no desenvolvimento de baterias.

## **Enel inaugura parque eólico de R\$ 1 bilhão no Nordeste (21/10/2021)**

### **Broadcast**

A Enel Green Power Brasil, subsidiária do grupo italiano, iniciou ontem a operação do parque eólico Cumaru, em São Miguel do Gostoso (RN). Com capacidade de 206 megawatts (MW), a planta vai gerar energia suficiente para abastecer uma cidade de 470 mil habitantes.

O empreendimento, que custou quase R\$ 1 bilhão, é o primeiro de cinco em construção pela Enel no País. Até o início de 2022, a companhia colocará em operação cerca de 1,3 mil MW de energia renovável no setor, resultado de um investimento de R\$ 5,6 bilhões. Além de Cumaru, a empresa tem outros três parques eólicos em construção e um solar – todos localizados no Nordeste.

## **Mudança societária na Americanas reduzirá poder do fundo 3G**

**(21/10/2021)**

### **Broadcast**

Uma mudança em estudo pela Lojas Americanas em sua estrutura societária está gerando especulações sobre o que pode acontecer com o famoso trio de controladores do grupo, Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, fundadores da Ambev e sócios do fundo 3G Capital. O comunicado da empresa sobre o tema trouxe poucos detalhes, mas sinaliza a eliminação da holding criada em abril para garantir o controle do 3G na empresa. A dúvida é se os empresários vão encontrar alguma forma de seguir controlando a varejista, que agora está perto de listar ações nos Estados Unidos e no Novo Mercado, segmento de maiores exigências corporativas da B3, a Bolsa brasileira, e vem fazendo um movimento de crescimento via aquisições.

Os analistas do Citi calculam que, com a possibilidade de unificação das ações, o trio de controladores reduziria sua participação atual, de 39%, e passaria a deter 29%, segundo estudos preliminares. Já o Goldman Sachs observa que a reorganização é “estrategicamente positiva”, pois deve elevar o poder de voto dos minoritários, que hoje já detêm a maior parcela da companhia, mas ainda têm pouca voz. Por causa dessa distorção, a ação da holding da varejista (LAME 3 e 4) estaria sendo negociada com um desconto de 24% a 29% em relação ao papel do negócio operacional (AMER3). Com a mudança, os três papéis seriam unidos em um.

“O comunicado abre a possibilidade de os atuais controladores deixarem de ser controladores, e a empresa passar a ser uma espécie de ‘corporation’. A empresa ganharia uma condição muito favorável para dançar conforme a música do mercado”, diz Eugênio Foganholo, sócio da consultoria de varejo Mixxer.

## **Falta de chips chega ao setor de cartões de crédito no Brasil**

**(21/10/2021)**

### **Folha de São Paulo**

A escassez global de semicondutores, que paralisou a indústria automobilística, atingiu a indústria de cartões do Brasil, que movimenta R\$ 2 trilhões ao ano e abrange bancos, fintechs e varejistas. A falta do insumo praticamente zerou o estoque de chips das emissoras de cartões, que costumava ser suficiente para abastecer a demanda para a emissão de novos plásticos por três meses. Agora, clientes dessas instituições chegam a esperar até um mês pela chegada de um cartão, gerando, problemas em pagamentos que estão cadastrados no plástico antigo ou retardando consumo.

Para a indústria, não está claro qual deve ser o impacto financeiro. O que se sabe é que o problema deve persistir por alguns anos, e algumas instituições têm utilizado estratégias de escalonamento de entregas e seleção de clientes para contornar o problema. No entanto, essa não é uma regra nessa indústria que atravessa um momento de grande competição, com a entrada de fintechs e varejistas, que, por sua vez, têm se esforçado para ampliar sua base de clientes, tendo o cartão como porta de entrada.

A Porto Seguro informa que, “devido à falta de matéria-prima no mercado, a emissão de cartões está sujeita a atrasos”. Em nota, a companhia diz estar trabalhando com seus fornecedores para que a situação “seja normalizada o quanto antes”.

Também procurado, o Bradesco esclareceu que, “em setembro, devido à falta de chips no mercado, o banco registrou alguns atrasos na entrega de cartões aos seus clientes. Porém, a situação hoje está totalmente normalizada, e todos os cartões – de débito e crédito – estão sendo entregues dentro dos prazos previstos”.

O Itaú Unibanco afirma que falta de chips não foi sentida pela instituição e que sua emissão de cartões transcorre normalmente. Santander e Banco do Brasil não comentaram, e a Caixa não respondeu até a conclusão desta edição.

## **Entrega de celular também atrasa por escassez de componentes**

**(21/10/2021)**

### **Broadcast**

A falta de chips, que provocou paralisações na indústria automobilística nos últimos meses e afeta agora os cartões de crédito, já causa problemas para o mercado de celulares, que também depende de componentes importados.

O líder de uma associação do setor de telecomunicações relatou que as operadoras passaram a se deparar com situações em que não recebem integralmente encomendas de aparelhos e acessórios. “Muitas vezes se entrega 80% do que foi pedido, mas já vi casos de até 50%”, diz a fonte, que preferiu não se identificar.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) já percebeu a dificuldade das fabricantes locais de adquirir componentes. Segundo o levantamento mais recente, 25% das empresas relataram esse tipo de problema em agosto, contra 16% em julho. Além de componentes eletrônicos, foram identificadas faltas de outras matérias-primas como cobre, aço, carbono e alumínio.

O presidente da Abinee, Humberto Barbato, explica que a falta de insumos está relacionada às oscilações na oferta e na demanda na pandemia. À medida que setores que sofreram mais – como o automotivo – retomam a produção, outras indústrias são afetadas pela escassez de chips. Até o momento, porém, a falta dos componentes não se traduziu em um desabastecimento de celulares. “No cenário atual, dificilmente isso vai ser sentido pelos consumidores”, diz o gerente de pesquisa da IDC, Reinaldo Sakis.

Ele acrescenta que a falta de alguns aparelhos só não está ocorrendo porque os consumidores estão retraídos por conta dos problemas econômicos do País, como a escalada inflacionária, que deve deixar até a Black Friday mais tímida.

Claro, Oi, TIM e Vivo não responderam se têm sentido algum tipo de desabastecimento e encaminharam o tema à Conexis, seu sindicato, que disse estar acompanhando o caso e tomando medidas como a antecipação de pedidos.

“Esse é um setor em que a tecnologia avança muito rápido. Ninguém quer investir em algo temporário, que fique defasado logo. Mas acredito que, até o fim do ano que vem, a situação estará normalizada.” Humberto Barbato Presidente da Abinee.

## **Bolsa de NY e Nasdaq disputam IPO do Nubank (21/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

A esperada abertura de capital do banco digital Nubank está deixando bancos, gestores, investidores e demais peças do mercado financeiro global em pé de guerra. Com o aval de oráculos do mundo dos investimentos, como Warren Buffett, da Berkshire Hathaway, e Luis Stuhlberger, da Verde Asset, que entraram em um aporte de US\$ 1,15 bilhão este ano, duas das maiores Bolsas do mundo estão brigando pela operação. Tanto a Bolsa de Nova York (NYSE) quanto a Nasdaq, que concentra ações de tecnologia, querem fazer o IPO e lucrar com a negociação dos papéis da queridinha das finanças digitais. O Nubank ainda não bateu o martelo sobre qual Bolsa vai escolher.

Nesta semana, a CI&T, empresa de tecnologia de Campinas (SP), candidata natural a listar ações na Nasdaq, optou pela Nyse e deve estreiar em Wall Street em novembro. Em julho, a VTEX, também de tecnologia, fez o mesmo caminho e captou US\$ 361 milhões com o IPO. No caso do Nubank, o objetivo é ter uma listagem simultânea de ações em Nova York com Brazilian Depositary Receipts (BDR) do banco digital negociados na B3. A oferta de ações no IPO pode ficar entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões, com o banco valendo entre US\$ 50 bilhões e US\$ 70 bilhões. O Nubank não se pronunciou. A Nasdaq e a Nyse disseram não comentar casos específicos.

## **Quanto mais aceleramos, maior a chance de vencermos na Justiça (21/10/2021)**

### **Broadcast**

Com a operação dependente do transporte de pessoas, a startup mineira Buser, de ônibus intermunicipal, chegou a ter faturamento próximo de zero nos primeiros meses de pandemia. O avanço da vacinação, porém, tem rendido bons frutos para a empresa, que transportou 460 mil passageiros em setembro, um salto de 580% na comparação com o mesmo período do ano passado – só no feriado, 150 mil viajantes usaram o serviço. Marcelo Abritta, cofundador e presidente executivo da Buser, fala sobre a virada da startup nos últimos meses e os planos de crescimento, que passam

por expansão geográfica e novos produtos que ajudem a viabilizar o modelo de fretamento coletivo, como transportes de cargas e o marketplace de venda de passagens em parceria com viações. Abaixo, os melhores momentos.

**A Buser chegou a todos os Estados brasileiros. Por que investir em expansão geográfica logo após o baque da pandemia?**

É um momento muito bom para o turismo doméstico: a alta temporada está chegando, e as pessoas ficaram quase dois anos presas em casa. Para a Buser, que ainda é pequena se olharmos para o tamanho do mercado de transporte rodoviário brasileiro, esses momentos de alta temporada são um salto na operação, que acelera o crescimento do ano seguinte. Muitas pessoas conhecem a Buser nas férias e passam a usar o serviço rotineiramente depois. Por isso fez sentido irmos mais longe e mais rápido.

**Como a Buser conseguiu reagir ao impacto da pandemia?**

Sendo bem sincero, acredito que demos sorte. Quando a pandemia chegou, tínhamos acabado de levantar uma rodada de investimento grande e não tínhamos gastado o dinheiro ainda. Ficamos em uma posição muito confortável e tivemos inclusive a oportunidade de ajudar nossos parceiros, emprestando dinheiro sem juros.

**A Buser tem investido em novos produtos. O fretamento compartilhado continuará sendo o pilar do negócio da Buser?**

Com certeza. Todas as coisas se retroalimentam para melhorar a viabilidade financeira da Buser. O transporte de cargas é uma forma de permitir viagens que antes não seriam possíveis. Pegamos trechos mais vazios de terça e quarta, por exemplo, e lotamos os ônibus de cargas – por meio de parcerias com varejistas e transportadoras, transportamos encomendas gerais, como roupas e pequenos eletrônicos. O marketplace, por sua vez, é uma forma de dar um só lugar para o viajante comparar todas as opções de viagens, seja de fretamento ou de empresa rodoviária. Tem sido comum também fecharmos uma parceria de marketplace e a empresa colocar alguns ônibus para rodar com a gente no fretamento. Por enquanto, porém, as parcerias têm sido com viações menores. Não porque não quisemos as maiores, mas porque as grandes nem quiseram conversar. Algum dia talvez elas evoluam.

**Frequentemente saem decisões da Justiça sobre o funcionamento da Buser. Esse contexto incerto de regulação não trava o crescimento da empresa?**

Na verdade, funciona ao contrário. Quanto mais rápido crescermos, mais clara fica o nosso benefício para o mercado brasileiro e maior a chance de vencermos na Justiça. Em termos legais, a situação está pacificada na maioria dos lugares. O nosso pior Estado hoje quanto à regulação é o Paraná, que seria estratégico por conta da proximidade com São Paulo. Mas vamos trabalhar para que a situação mude.

**A alemã Flixbus, rival da Buser, anunciou em julho sua chegada ao Brasil com um projeto agressivo. Como a Buser pretende se diferenciar?**

Sem a Buser, não existiria Flixbus no Brasil, porque seria um setor altamente fechado. Vamos disputar a preferência do consumidor e estamos dispostos a fazer promoções agressivas também. No fim das contas, a chegada da Flixbus ajuda a fortalecer o argumento para vencer regulações.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.***

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA -FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.